

**ATA N.º 10/2014 - REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA  
REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2014.** -----

Aos vinte e três dias do mês de Maio de dois mil e catorze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, em sessão ordinária, no Auditório do Edifício dos Paços do Município, sob a Presidência de Mário Fernando Atracado Pereira (CDU-PCP/PEV) e onde compareceram os senhores Vereadores: Carlos Jorge Duarte Pereira (CDU-PCP/PEV), João Pedro Costa Arraiolos (CDU-PCP/PEV), Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar (PS) e Francisco José Saturnino Cunha (Todos Por Alpiarça – PPD/PSD-MPT). -----  
Estiveram ainda presentes no apoio à reunião: Maria do Céu Augusto, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, em Regime de Substituição e José Manuel Vaz Portugal de Sousa, Técnico Superior (Eng.º Civil). -----

Verificando-se quórum, o sr. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, eram quinze horas e vinte minutos, após o que deu início à apreciação dos seguintes assuntos: -----

**MOVIMENTO DE FUNDOS** -----

Foi apresentado o resumo diário de Tesouraria de 22 de Maio de 2014, que apresentava um total de disponibilidades de € 351.016,39. -----

**ATAS** -----

Passou-se à apreciação da ata n.º 6/2014, de 21 de março de 2014. -----

----- O Vereador Francisco Cunha considerou que não tem muito para dizer sobre aquilo que se passou até à hora do público, apenas que determinadas situações que se passaram na reunião deveriam ser relatadas, considerou que não vai fazer isso, porque toda a gente sabe os tristes incidentes que aqui se passaram.-----

----- Em relação ao que foi dito no período do público pelo munícipe Eduardo Costa, considerou que a ata não reflete a essência daquilo que o munícipe disse e apresentou uma proposta de alteração à redação desta parte da ata. -----

----- O sr. Vereador Pedro Gaspar opinou que sendo as reuniões da Câmara Municipal de Alpiarça gravadas em vídeo e divulgadas através da Internet, no Youtube, as atas dessas reuniões não podem diferir muito daquilo que está gravado e considerou que esta ata não transmite a essência daquilo que se passou no período antes da ordem do dia, porque apenas é referido que a reunião foi interrompida e

depois reatada, mas não explica concretamente quais os factos que levaram à interrupção da reunião e opinou que os munícipes têm direito a saber os motivos porque foi suspensa e reatada, por isso aconselhou a que a redação da ata possa ser revista e que venha a aprovação numa próxima reunião. O Sr. Vereador referiu ainda que esta ata foi desenhada a régua e esquadro e que a gravação vídeo não é prova em tribunal, mas a ata é. -----

----- O sr. Presidente da Câmara disse que não iria retirar a ata para trazer a uma próxima reunião, considerou que a ata está muito completa, descreve exhaustivamente a generalidade do que se passou na reunião, considerou-a até demasiado exaustiva comparativamente com outras atas de outros mandatos e é bom de ver que com pouco mais de meia dúzia de pontos na ordem de trabalhos, a ata tem vinte páginas e considerou que não faz sentido esta exaustão, precisamente porque as reuniões de câmara estão publicadas na Internet, ao dispor de toda a gente. Disse que não se tem metido neste assunto das atas, mas que vai dar instruções no sentido de as atas serem muito mais sucintas, acrescentando que a redação das atas é um trabalho técnico e objetivamente o que os senhores vereadores estão a pôr em causa é o trabalho do técnico, é o trabalho do funcionário que redige as atas e querem dar a entender que o funcionário que está a fazer as atas está a agir deliberadamente para interferir nas mesmas do ponto de vista político, considerando que objetivamente é uma posição que os senhores vereadores têm de assumir. Depois o sr. Presidente da Câmara acrescentou que mandou suspender a reunião de Câmara devido a uma discussão mais acesa durante a mesma e não por qualquer interferência do exterior. A alteração que houve entre um munícipe e o sr. Vereador Francisco Cunha, ocorreu num período em que a reunião de câmara estava interrompida e que com exceção do sr. Vereador Francisco Cunha, todos os elementos do Executivo se encontravam ausentes da sala de reuniões. Depois o sr. Presidente da Câmara disse que o sr. Vereador Francisco Cunha faz aqui uma proposta de alteração da ata relativamente à intervenção do sr. munícipe Eduardo Costa, alegando que nunca como agora as intervenções do público tiveram um tratamento tão exaustivo como agora, em que as reuniões de Câmara passaram a ser cinco mais um, que correspondem aos cinco elementos do Executivo, a que se juntou o sr. munícipe Eduardo Costa que se constituiu como um novo vereador. Ao finalizar a

sua intervenção o sr. Presidente da Câmara pôs a proposta de alteração da ata à votação, tendo sido reprovada por maioria com os votos favoráveis dos senhores vereadores Pedro Gaspar e Francisco Cunha. Não tendo sido a proposta de alteração aceite, o sr. Presidente da Câmara pôs a redação da ata à votação tendo sido aprovada por maioria, com os votos contra dos senhores vereadores Pedro Gaspar e Francisco Cunha. Em declaração de voto o sr. Vereador Francisco Cunha disse que tinha votado contra porque a ata não reproduz o que se passou na reunião de câmara e se lermos a ata e virmos o vídeo percebemos que o sr. Presidente da Câmara diz uma coisa num determinado sentido e ali vem outra, e o sr. munícipe a mesma coisa, e assim percebemos o que é a transparência do Executivo CDU. Em declaração de voto o sr. Vereador Pedro Gaspar disse que votou contra porque a ata não reflete na íntegra aquilo que foi o período de antes da ordem do dia, disse que o sr. Presidente da Câmara tem razão, a ata é de facto exhaustiva, mas o período antes da ordem do dia demorou cerca de duas horas e são duas páginas, a seguir a restante reunião, são sete pontos, demorou cerca de outras duas horas e tem dezoito páginas. Disse que a ata está muita explícita, mas não está na matéria que se passou aqui e que interessa politicamente a todos e particularmente ao vereador que foi visado nessa ocasião e não pode votar a favor de uma ata que faz o apagamento da História. Finalizou dizendo que não acusou o funcionário que faz as atas de nada, considerou que a ata está bem feita e que já no filme que passou nas Comemorações do Centenário, foram omitidos os presidentes de câmara do PS, e que o sr. Presidente da Câmara se desculpou com o funcionário que fez o filme, e disse que por aqui se ficava. O sr. Presidente da Câmara também fez declaração de voto, dizendo que a ata reflete exhaustivamente o que se passou na reunião, estas são as atas mais completas de reunião de câmara, desde há muitos anos e que quanto à transparência, ela é óbvia, até pelo facto de todos os assuntos aqui tratados, em bruto, serem disponibilizados para todo o mundo, através da Internet, através do Youtube. E estas atas naturalmente com esta extensão refletem aquilo que é fundamental da reunião. O sr. Presidente da Câmara concluiu dizendo que não se pode pôr em causa e avançar com questões de transparência relativamente a uma matéria que é exclusivamente da competência deste Executivo, ou seja, a discussão e aprovação das atas é da exclusiva competência deste Executivo e foi isso

que nós fizemos aqui. -----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O sr. Presidente da Câmara deu início a este período, deixando uma saudação à Associação Nacional de Municípios Portugueses, pelo seu 30.º aniversário completado no passado dia 20 de Maio. Acrescentou que a ANMP ao longo destes 30 anos tem dado um contributo muito importante ao Poder Local, ao desenvolvimento do país, ao desenvolvimento das regiões e contribuído em termos de apoio para a ação dos municípios, numa lógica de melhoria das condições de vida da população portuguesa. Finalizou realçando que é uma associação na qual independentemente das divergências políticas que existem, sempre se procuraram consensos e formas de ação que tem como evidente e único interesse a defesa dos vários municípios do nosso país.

----- Foi então dada a palavra aos senhores vereadores para intervirem neste período. O sr. Vereador Francisco Cunha iniciou a sua intervenção associando-se a esta saudação do sr. Presidente da Câmara à ANMP. O vereador disse que tinha alguns assuntos para falar, que tinha algumas propostas para entregar e que iria começar por pequenos reparos que podem pôr em causa a segurança das pessoas. Começou por chamar a atenção para a ponte que existe na estrada municipal que liga a E.N. 118 ao Frade de Cima, a qual carece de sinalética e encontra-se cheia de silvas, disse esperar que não aconteça ali um acidente como o que se verificou na Gouxaria por falta de sinalização. Disse continuar à espera da documentação que lhe foi prometida pelo sr. Vereador João Arraiolos, nomeadamente as propostas para o assunto do Revisor Oficial de Contas. Disse congratular-se pelo nascimento de mais uma empresa em Alpiarça, que é a empresa “Temos Talentos”, ligada à educação e à formação e pelo facto do primeiro trabalho que a empresa fez, ter sido precisamente para a Câmara de Alpiarça, que teve em conta a experiência da empresa no ramo. Depois passou a ler uma proposta de atribuição de uma medalha de mérito desportivo grau ouro, a título póstumo, ao treinador de futebol Mário Parreira Lázaro. Depois apresentou uma proposta para que o município patrocine o ensino do Mandarim durante 5 anos aos alunos do segundo ciclo. De seguida o vereador disse congratular-se por finalmente o sr. Presidente da Câmara se ter decidido a trazer uma proposta do Todos Por Alpiarça a esta reunião de câmara, coisa que não faz em relação a outras propostas apresentadas,

contrariando a Lei, que diz que tem cinco dias para trazer as propostas à reunião de câmara. O sr. Vereador Francisco Cunha disse que por último queria falar da situação dos legados e que o que esperava do seu Presidente da Câmara era que fosse uma pessoa com capacidade para assumir a sua palavra e assumir aquilo que diz. O vereador alegou que o sr. Presidente da Câmara na última assembleia municipal disse publicamente, que se mais alguém falasse em termos de desaparecimento de património dos legados, iria intentar uma ação em tribunal contra essa pessoa, o vereador alegou também que na última reunião de câmara o sr. Presidente da Câmara teria dito que traria hoje a esta reunião, uma proposta nesse sentido. O vereador julga que essa ação será contra ele próprio, porque foi ele que afirmou publicamente e assumiu que desapareceu património do legado Eng.º Álvaro da Silva Simões. Depois disse que queria informar publicamente que no dia 13 de Maio entregou um requerimento na receção do município, em que ao abrigo do estatuto da oposição requereu a relação do património dos legados supostamente à guarda, administração e conservação do Município de Alpiarça. O sr. Vereador Francisco Cunha disse que o sr. Presidente da Câmara lhe deu um dossier sobre o que se passou com as propriedades do legado Álvaro da Silva Simões, mas não lhe prestou informação nenhuma sobre quais as propriedades que atualmente fazem parte deste legado. O sr. Presidente da Câmara informou que o seu Executivo não tem nada a ver com o que se passou com o legado em causa, que está a ser feito um estudo sério sobre o assunto, no sentido de que seja afetado património a este legado, daí o dossier que entretanto foi entregue ao sr. Vereador Francisco Cunha, que é parte integrante desse trabalho. Pediu ao vereador que concluísse a sua intervenção, para que o sr. Vereador Pedro Gaspar pudesse intervir, caso contrário ver-se-ia obrigado a cortar-lhe a palavra, o que fez de imediato, alegando que o vereador lhe estava a faltar ao respeito, enquanto Chefe do Executivo. Ao ser-lhe cortada a palavra o sr. Vereador Francisco Cunha ripostou que o sr. Presidente da Câmara lhe cortou a palavra para não responder à população de Alpiarça informando-a para onde foi o dinheiro dos legados. Ao que o sr. Presidente da Câmara ripostou que o sr. Vereador Francisco Cunha terá de responder por isso, porque está a acusar anteriores presidentes de Câmara de terem desbarato dinheiro. O sr. Presidente da Câmara disse que não havia condições para continuar a reunião e que se via na

contingência de ter de interromper os trabalhos, por desrespeito do sr. Vereador Francisco Cunha, ao que este respondeu que o sr. Presidente da Câmara parecia uma florzinha de estufa a quem não se podia dizer nada. Neste momento a reunião foi interrompida, sendo os trabalhos retomados alguns minutos depois. -----

----- O sr. Presidente da Câmara reiniciou os trabalhos dando a palavra ao sr. Vereador Pedro Gaspar, que começou por lembrar as questões de segurança das casas de banho dos deficientes do Auditório dos Patudos, perguntou o ponto de situação do Parque de Base Desportiva e Formativa do Casalinho, vulgo Campo de Futebol de 7, também disse congratular-se com uma notícia que coloca o município de Alpiarça numa posição muito confortável em termos de exportações, esperando que estas empresas exportadoras vejam a Câmara Municipal como seu parceiro estratégico, evidentemente naquilo que são as suas competências específicas. O vereador depois perguntou o ponto de situação sobre a revisão do Regulamento dos Bolseiros, para que não se voltassem a repetir o que se passou o ano passado. Sobre o novo logótipo do Centenário disse que teve oportunidade de analisar o projeto e está convicto que é um símbolo, lamentando apenas que não tenha vindo a reunião de câmara para discussão ou conhecimento. Para terminar o sr. Vereador Pedro Gaspar disse que voltava a apelar para que o sr. Presidente da Câmara fizesse a defesa do seu Executivo e se pronunciasse sobre o facto de estarem em causa a honra dos seus vereadores, numa alusão ao discurso da bancada da CDU na Sessão Solene da Assembleia Municipal do 25 de Abril. -----

----- O Presidente da Câmara passou à responder às várias questões colocadas pelos senhores vereadores. Relativamente às questões colocadas pelo sr. Vereador Francisco Cunha, começou por referir que o sr. Vereador Carlos Pereira poderá dizer alguma coisa sobre a limpeza e sinalização da ponte estreita que existe na estrada municipal que liga a EN 118 ao Frade de Cima, em relação ao acidente na Gouxaria informou que no seguimento da reclamação do munícipe, a questão foi verificada e que julga ter-se chegado à conclusão que o caminho de onde surgiu o camião que abalroou o automóvel, era um caminho particular. Sobre as propostas para contratação do R.O.C. pensa que o sr. Vereador João Arraiolos se não as enviou as irá enviar com certeza. Sobre os serviços adjudicados à empresa “Temos Talentos”, informou que a Câmara

Municipal de Alpiarça adjudica serviços às empresas que lhes oferecem as melhores condições de preço ou de serviços. Prometeu que as propostas apresentadas sobre a atribuição de uma Medalha de Mérito Desportivo Grau Ouro a Mário Parreira Lázaro e do ensino do Mandarin no Ensino Secundário, o sr. Presidente da Câmara prometeu trazê-las à próxima reunião de Câmara. Sobre a situação dos legados informou ela não implica de forma alguma este Executivo e está-se neste momento a trabalhar com os serviços da câmara no sentido de analisar toda esta situação e será encontrada a melhor forma de afetar o devido património ao legado Eng.º Álvaro da Silva Simões. Relativamente à falta de transferência de verbas dos legados para a Fundação Relvas é um assunto que se arrasta há décadas, é um assunto transversal a anteriores executivos quer da CDU, quer do PS e não acredita que antigos executivos tenham desbarato património e dinheiros públicos, em detrimento da sua entrega à Instituição/Fundação Relvas. -----

----- Relativamente às questões levantadas pelo sr. Vereador Pedro Gaspar deixou para o sr. Eng.º Portugal a resposta sobre o WC do Auditório dos Patudos. Sobre o processo de concurso para a realização das obras do Parque de Base Desportiva e Formativa do Casalinho, informou que ele terá de ser aprovado no INALENTEJO, mas foi aberto um procedimento concursal e deixou para o Eng.º Portugal uma explicação mais detalhada sobre o assunto. Também disse estar satisfeito com o volume de exportações das empresas exportadoras de Alpiarça, sendo que Câmara Municipal acompanha a evolução e os problemas e entraves que se vão sentindo nessas empresas e tenta, sempre que possível, desbloqueá-los. Sobre a questão das Bolsas de Estudo, o sr. Presidente da Câmara disse que era um assunto que estava na Ação Social, que temos de procurar avançar este processo e era importante que ele fosse à próxima Assembleia Municipal. Quando à defesa do Executivo, opinou que nós somos crescidos, somos todos adultos, somos todos capazes de nos defendermos politicamente e até judicialmente se for esse o caso, e enquanto vereadores e membros do Executivo, disse que podiam contar com ele, naquilo que decorre das funções enquanto membros deste Executivo municipal e até na defesa de outros membros de executivos anteriores que já cá não estão para se defenderem. -----

----- O sr. Vereador Carlos Pereira disse concordar que a ponte referida pelo sr.

Vereador Francisco Cunha está a precisar de limpeza, e informou que está já referenciada para ser intervencionada no sentido de serem pintados os muretes e os ferros. Quanto ao facto do acidente que se verificou na Gouxaria, disse que havia uma diferença, porque a sinalização naquele local da Gouxaria é da responsabilidade das Estradas de Portugal. -----

----- O sr. Eng.º Portugal em relação à falta da botoneira de alarme no W.C. do Auditório da Casa dos Patudos, alegou que não tinha ainda uma resposta para essa situação. Quanto ao Parque do Casalinho informou que foi lançado procedimento concursal, as propostas foram apresentadas, foi feita uma primeira análise, houve uma reclamação e segunda-feira será possível fazer o relatório final. Aqui o sr. Vereador Pedro Gaspar interveio para perguntar se estas matérias dos concursos não têm de vir às reuniões de Câmara. O sr. Eng.º Portugal, respondeu que salvo melhor informação, até à fase de adjudicação, o júri e soberano e todo o processo decorre sob a responsabilidade do júri, acrescentou que foram apresentadas vinte e duas propostas com cento e tantas páginas e que depois de ter em conta o preço, o prazo e qualidade técnica da proposta, informou que em princípio a proposta que irá ganhar não será a de valor mais baixo. -----

----- O sr. Presidente da Câmara deu mais uma vez a palavra ao sr. Vereador Francisco Cunha no sentido de concluir a sua intervenção, pedindo-lhe que tratasse as coisas com objetividade e de forma que fosse o mais sucinto possível. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha, começou por dizer que uma das conquistas de Abril é a liberdade de expressão, e opinou que quer o sr. Presidente da Câmara goste ou não daquilo que os senhores vereadores da oposição dizem, tem de ouvir com atenção e no final contradizer ou dizer que não concorda. Relativamente aos legados, o vereador em causa disse que acha estranho que o sr. Presidente da Câmara afirme que está a tentar analisar o que se passa, que não pode fazer isto de uma forma ligeira e que precisa de tempo, porque isto é um assunto de décadas e não tem a certeza do que se passou, e com uma ligeireza enorme mete uma ação em Tribunal, contra o vereador só porque ele, baseando-se num documento fornecido pela própria câmara à Assembleia dos 40 maiores Contribuintes, afirma que o Património do Eng.º Álvaro da Silva Simões está a zeros e também disse que não sabe o que aconteceu aos quatro



apartamentos em Santo António dos Cavaleiros, que faziam parte do património legado por Manuel Nunes Ferreira e o vereador disse também que mesmo no legado José Relvas há muitos hectares a menos agora, do que na altura da formação dos legados. Acrescentou que há muitos anos que a Câmara Municipal de Alpiarça entregou as propriedades dos legados para um rendeiro explorar e pagar a renda, se o rendeiro não paga a renda há mais de dez anos e se a Câmara nada faz, então a Câmara de Alpiarça está a infringir a Lei e a vontade dos beneméritos. O sr. Vereador Francisco Cunha disse que apenas deseja saber onde está o que falta nos legados e onde está o dinheiro das rendas que não foram pagas. Disse ainda que está ansioso para que o sr. Presidente da Câmara o ponha em Tribunal, porque assim aquilo que não lhe quer dar agora, terá de o fazer a pedido do Tribunal. Acrescentou que há mais de um mês que pediu documentação sobre a Agroalpiarça e que ainda não lhe foi entregue. Sobre as propostas apresentadas por si, não virem às sessões de câmara, disse desconhecer onde é que o sr. Presidente da Câmara se baseia para que as propostas que tem apresentado não sejam discutidas e votadas. Depois disse esperar que não volte a tratar os assuntos desta forma, o sr. Presidente da Câmara usa da palavra os vereadores têm de o ouvir, portanto o contrário também tem de acontecer, o sr. Presidente da Câmara deve ouvir e mesmo que o vereador esteja a fazer uma péssima intervenção e a meter os pés pelas mãos, tanto melhor, o Todos Por Alpiarça está a ser prejudicado, saindo beneficiada a CDU, que é quem está no poder. -----

----- O sr. Presidente da Câmara respondeu ao sr. Vereador Francisco Cunha dizendo que relativamente aos legados e testamentos já respondeu a todas as questões que o senhor vereador colocou e considerou que as coisas relativamente a este Executivo não foram colocadas com o devido respeito, porque havia uma intenção por detrás da afirmação do desaparecimento das propriedades do legado Álvaro da Silva Simões, que era no sentido de lançar a confusão e empurrar o ónus para quem cá está agora, quando este Executivo nada tem a ver com alterações feitas em qualquer dos legados. Sobre o Tribunal o sr. Presidente da Câmara disse que nunca entrou num tribunal como parte interessada em qualquer julgamento, dizendo que não tem qualquer gosto em judicializar a vida política neste Executivo, o que não pode é admitir que se lancem dúvidas ou se lancem suspeições, mas disse pensar que ainda estamos a tempo de

evitar estas situações. Relativamente a algumas propostas entregues pelo sr. Vereador Francisco Cunha, disse que estão a ser analisadas, antes de virem a esta Câmara para discussão e votação, porque algumas delas têm impacto nas despesas do município. ---

----- O sr. Vereador Francisco Cunha em jeito de contraditório disse que nunca disse que o Executivo era obrigado a aprovar todas as propostas trazidas aqui pelo movimento Todos Por Alpiarça, o que disse e afirma é que o sr. Presidente da Câmara tem a obrigação legal de trazer essas propostas às reuniões de câmara para serem discutidas e votadas. Em relação ao legados, o vereador disse que nunca afirmou em lado nenhum que é a maioria atual que tem a culpa do desaparecimento das propriedades do legado, mas quer o sr. Presidente da Câmara quer o sr. Vereador Carlos Pereira fizeram parte de outros executivos e têm responsabilidade do que possa ter acontecido e no primeiro mandato do sr. Presidente da Câmara nada foi feito para repor a legalidade nos legados e tem por isso responsabilidades pela inoperância. Aqui o sr. Presidente da Câmara interrompeu dizendo que o sr. Vereador Francisco Cunha também esteve uma série de anos à frente da assembleia dos 40 maiores contribuintes e nunca levantou estas questões. Ao que o sr. Vereador Francisco Cunha respondeu que enquanto esteve na presidência da mesa da assembleia dos 40 maiores contribuintes, o património dos legados esteve sempre completo. -----

----- O sr. Presidente da Câmara deu início à Ordem do Dia. -----

**ORDEM DO DIA:** -----

**VÁRIOS** -----

**Ponto 1 - Despacho sobre a Revogação dos Contratos assinados com Progitape - "Aquisição de serviços para elaboração dos estudos de revisão do Plano Diretor Municipal do Concelho de Alpiarça". Para conhecimento.** -----

----- O sr. Presidente da Câmara deu conhecimento deste seu despacho e pôs este ponto à discussão, informando que esta revogação aconteceu por mútuo acordo, dada a dificuldade com que a empresa estava a lidar com a Revisão do PDM que já se arrasta há 10 anos, tendo sido libertadas as cauções e as garantias bancárias que existiam, tendo em conta que a Revisão do PDM deverá ser concluída até final de 2015, e depois será feita uma adjudicação a uma nova empresa que se formou com uma equipa técnica que saiu da Progitape, que concluirá o resto dos trabalhos com a parcela

remanescente. -----

----- O sr. Vereador Pedro Gaspar disse compreender as razões da rescisão e congratulou-se que ele tenha sido feita por mútuo acordo. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha disse que é um assunto que gostaria de ter percebido, mas que entretanto o sr. Presidente da Câmara já despachou e já resolveu, e declarou que só quer aqui assumir que não tem qualquer responsabilidade sobre o mesmo, ao que o sr. Presidente da Câmara contrapôs que só despachou porque está no âmbito das suas competências e podia até nem trazer para conhecimento e que não descarta as suas responsabilidades. Quando for feito o novo procedimento de adjudicação com a nova empresa, o mesmo também virá aqui para conhecimento. -----

**Ponto 2 – Grupo Parlamentar “Os Verdes” - Projeto Lei dos Verdes – que visa revogar o processo de privatização da Empresa Geral de Fomento, S.A. (EGF), aprovado pelo Dec. Lei n.º 45/2014 de 20 de Março. Para conhecimento.** -----

----- O sr. Presidente da Câmara deu conhecimento sobre este Projeto Lei dos Verdes e o sr. Vereador Pedro Gaspar perguntou se não há mais propostas deste género, que vão chegando ao Gabinete do sr. Presidente da Câmara, para além das dos grupos parlamentares do PCP e do P. E. “Os Verdes”, e que muito bem faz chegar aqui, porque dá a ideia que no Parlamento só estes dois grupos parlamentares é que trabalham, ao que o sr. Presidente da Câmara respondeu que infelizmente, assim é, e se outros partidos ou grupos parlamentares o fizessem as faria chegar ao conhecimento do Executivo, tal como é habitual com estes dois partidos. -----

**Ponto 3 - Clube Desportivo “Os Águias” - Secção de Vespas “Vespáguias de Alpiarça” - Agradecem o apoio prestado na realização do encontro anual que se realizou no dia 27 de abril. Para conhecimento.**-----

----- O sr. Presidente da Câmara deu conhecimento do ponto. O sr. Vereador Francisco Cunha disse que queria congratular-se pelo excelente trabalho que tem vindo a ser desenvolvido por esta Secção e desejou-lhes as maiores felicidades. -----

**Ponto 4 - Município de Alpiarça – Informação interna n.º 29/2014, de 8 Maio - Ação Social. Requerimentos de Auxílios Económicos realizados fora de prazo. 5º Pedido fora do Prazo.** -----

----- O sr. Presidente da Câmara pôs o ponto à discussão dando a palavra ao sr.

Vereador João Arraiolos que disse tratar-se da mudança do escalão de auxílio económico a um aluno, que vai passar do escalão B para o escalão A. -----

----- Usaram da palavra os senhores Vereadores Pedro Gaspar e Francisco Cunha que disseram estar de acordo com a informação prestada. -----

----- Posto o ponto à votação foi aprovado por unanimidade. -----

**Ponto 5 - Município de Alpiarça – Informação Técnica n.º 25/2014, de 10 Abril - Alvará de Loteamento n.º 2/99 – Garantia 062-43.010059-4. (valor retido 2.840,36€) Incumprimento contratual por parte da “Comárca – Utilidades e Investimentos”.** -----

----- O sr. Presidente da Câmara pôs o ponto à discussão e deu a palavra ao sr. Eng.º Vaz Portugal de Sousa que fez o enquadramento do ponto, baseando-se na sua informação técnica em epígrafe. -----

----- Posto o ponto à votação, foi aprovado por maioria, de acordo com a presente informação técnica, com a abstenção do sr. Vereador Pedro Gaspar. -----

**Ponto 6 – Requerente Jacinto Martins Nunes - Solicita o pagamento da Taxa de ocupação do solo em seis prestações mensais (de acordo com o art.º 19º do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município).** -----

----- O sr. Presidente da Câmara pôs o ponto à discussão e posterior votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

**Ponto 7 – Licença especial de ruído para realização de um evento de karaoke, realizado até às 2h do dia 18 de maio. Requerente: Maria Prazeres Cruz Fitas Silva. Para ratificação do despacho do sr. Presidente da Câmara datado de 15-05-2014.** -----

----- O sr. Presidente da Câmara pôs o ponto à discussão e a posterior votação, tendo sido aprovado por maioria com a abstenção do sr. Vereador Francisco Cunha. -----

**Ponto 7 - Requerimento de Licença Especial de Ruído, para a realização de uma festa de inauguração da Esplanada “D'os Arcos”, na Rua João de Sousa Falcão, n.º 2 A, em Alpiarça, com início às 18h do dia 31 de Maio e termo às 2h de 1 de Junho de 2014. Requerente: Telma Sofia Falcão Isidoro.** -----

----- O sr. Presidente da Câmara pôs o ponto à discussão. -----

----- O sr. Vereador Pedro Gaspar usou da palavra dizendo que faz muito mais sentido vir a reunião de câmara uma deliberação deste género, do que a ratificação que veio no ponto anterior, dado que esta pouco ou nenhum efeito prático tem,

embora saiba que nem sempre é possível os requerimentos serem efetuados a tempo de virem à Câmara. Sobre o ponto em análise, disse ter conhecimento que tem havido algumas reclamações sobre o barulho provocado no local e perguntou ao sr. Presidente da Câmara em que termos ia ser concedida a licença. -----

----- O sr. Presidente da Câmara explicou que a licença é passada no sentido de não se ultrapassarem os valores do ruídos definidos em Lei, assim como os horários expressos, embora reconheça que há sempre danos colaterais e reconhece que tem de haver sempre um certo bom senso, não só da parte do Executivo, mas também da parte dos donos dos locais, assim como dos seus utilizadores. -----

----- O sr. Presidente da Câmara pôs o ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha em declaração de voto, disse que votou favoravelmente esta licença, mas que era importante que a câmara monitorizasse o cumprimento da Lei em termos de ruído, como em termos de horários, porque do seu cumprimento pode resultar ou não o êxito de iniciativas deste tipo. -----

----- Antes de se entrar no ponto seguinte foi feito um pequeno intervalo. -----

----- **Ponto 7 - Proposta do Sr. Vereador Francisco Cunha de Patrulhamento por ciclo-guardas da GNR.** -----

----- O sr. Presidente da Câmara pôs o ponto à discussão, informando que se trata de uma proposta do sr. Vereador Francisco Cunha, apresentada na última reunião de Câmara realizada no passado dia 7 de maio, solicitando que o vereador em causa faça a apresentação da sua proposta. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha disse fez a defesa da sua proposta, dispensando a sua leitura, alegando que já o fez na última reunião de Câmara e até porque a ideia não era apenas sua e até já existia noutros municípios. Mais, considerou que a compra das bicicletas devem ser feita pela GNR, mas se as mesmas tiverem de ser adquiridas pela Câmara Municipal, pensa que não virá mal ao mundo, dado o baixo custo das mesmas até porque o interesse é todo do nosso município. -----

----- O sr. Presidente da Câmara disse que a maioria estava disponível para aprovar a proposta do sr. Vereador Francisco Cunha, a partir do seu ponto quatro, uma vez que a maioria do Executivo não se revia nos considerandos dos pontos anteriores. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha disse que não se opunha à sugestão do sr. Presidente da Câmara, desde que fosse possível trazer para Alpiarça o patrulhamento por ciclo-guardas da GNR. -----

----- O sr. Vereador Pedro Gaspar concordou que seja retirada toda a carga política desta proposta e está disposto a votar numa sugestão desse género, a ser feita à Guarda Nacional Republicana. -----

----- Face às intervenções anteriores o sr. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta para votação: ***“Proposta de patrulhamento de Alpiarça por ciclo-guardas - A fim de colmatar a presente falta de patrulhamento em bicicleta, por militares da GNR, o Todos Por Alpiarça, formaliza a presente proposta, que assume as seguintes vantagens específicas: a) Elevada eficiência em termos de relação custo eficácia, caracterizada pela possibilidade de se patrulhar 5 vezes mais, em termos de área, num mesmo período de tempo e empenhando idênticos meios humanos; b) Maior eficiência operacional, por possibilitar o acesso despercebido e célere, as áreas a patrulhar, em qualquer ambiente; c) Maior flexibilidade e rentabilização dos meios em termos de planeamento operacional; d) Maior flexibilidade de emprego, devido ao acesso a lugares onde outros meios móveis são desaconselháveis; e) Existência dos meios necessários no Destacamento de Santarém; f) Estas vantagens expostas resultam da experiência da GNR obtida em mais de 77000 km patrulhados, através de mais de 3000 patrulhamentos efetuados por mais de 6000 guardas. Perante o que precede, o Vereador do Todos por Alpiarça propõe que o Executivo Camarário diligencie no sentido de que a GNR de Alpiarça, seja equipada com estes meios operacionais”***. -----

----- Posto o ponto à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

### **PERÍODO DO PÚBLICO**

Estando público presente na sala, o sr. Presidente da Câmara iniciou por dar a palavra ao sr. munícipe Pedro Bernardo, que no uso da palavra chamou a atenção que toda a estrada municipal que liga a estrada nacional 118 ao Frade de Cima, carece de sinalética, de marcação de bermas e de linha separadora central, tendo em atenção que é uma via com algum movimento, com uma ponte estreita e com curvas acentuadas nalguns locais. Seguidamente o munícipe em nome dos moradores do Loteamento dos Sobreiros, sito no Frade de Cima, trouxe a questão deste loteamento

nunca ter sido concluído, dizendo que existe uma garantia bancária que nunca foi acionada, e perguntou o porquê desta garantia nunca ter sido acionada há pelo menos oito anos, para na falha do loteador e do promotor imobiliário para concluir os espaços verdes, os passeios e as bocas de incêndio que não estão ligadas à rede de águas. Concluiu que a parte do loteamento destinado a zonas verdes se encontra convertido num autêntico matagal, com entulhos, restos de ferros e materiais de obras, o que constitui um perigo para crianças e idosos. -----

----- O sr. Presidente da Câmara deu a palavra ao sr. munícipe Mário André que solicitou que fosse reparada a rua Dr. Hermínio Duarte Paciência, onde mora, já que há uns meses foram tapados alguns buracos, o que não chega, pois na sua opinião a rua necessita de uma reparação mais generalizada, ou seja em toda a sua extensão. -----

----- Para finalizar foi concedida a palavra ao sr. munícipe Eduardo Costa, também morador na rua do munícipe que o precedeu e que informou que a necessidade de arranjo deste arruamento na Urbanização do Sacadura já foi pedida e prometida ao tempo dos anteriores executivos, nomeadamente do tempo de Rosa do Céu e Vanda Nunes e cujas promessas de reparação nunca se concretizaram. Depois o munícipe lamentou que em duas sessões consecutivas não se tenham conseguido aprovar atas da câmara por unanimidade ou no mínimo com abstenções e presume que uma das atas não foi aprovada, porque o que terá dito numa dessas reuniões de câmara não está devidamente plasmado em ata. Outra questão abordada pelo munícipe tem a ver com o aumento do IMI no concelho de Alpiarça, em que confirmou pelos números constantes no Relatório que houve um aumento nesta receita de 2010 para 2013, que passou de 385.796,00€, para 639.687,00€, o que corresponde a um aumento de 65,81%, o que contrapõe o facto de se escrever no dito Relatório que a não cobrança do IMI pela taxa máxima estaria a pôr em causa a execução corrente. Para finalizar o munícipe abordou a questão, que considerou grave, que foi o facto de por todos os meios a maioria do Executivo ou o sr. Presidente da Câmara terem evitado de ter levado à prática uma ideia sua que era de ser apresentada a peça de Teatro denominada "O Barão de Sanguinhal", uma comédia histórica de costumes alusiva à época da fundação do concelho de Alpiarça, que gratuitamente o Grupo de Teatro Amador da Casa do Povo do Hospital Rainha Santa Isabel, de Torres Novas, viria

representar amanhã, dia 24 de Maio, no Auditório da Casa dos Patudos e perguntou ao sr. Presidente da Câmara, se o facto da ideia ser por si apresentada, e não por um militante do PCP ou simpatizante da CDU, teriam feito alguma diferença. -----

----- Finda a intervenção do público, O sr. Presidente da Câmara passou a responder aos vários munícipes. -----

----- Relativamente à questão colocada pelo sr. munícipe Pedro Bernardo, disse que as questões de segurança e deficiente manutenção nas ruas do concelho existem e tendem a continuar a agravar-se, porque o concelho de Alpiarça tem umas centenas de quilómetros de estradas e caminhos municipais, que carecem de manutenção e reparação, pela sua idade e pelo uso, obras às quais o município terá muita dificuldade de fazer face, até porque tudo indica que no próximo Quadro Comunitário, as obras de betão e asfaltamento não serão passíveis de candidatura a financiamento comunitário, adiantando que esta explicação também se enquadra naquilo que foi aqui suscitado pelo sr. munícipe Mário André. Acrescentou que de qualquer modo e sempre que é possível, com os poucos meios disponíveis, a câmara vai procedendo a reparações pontuais, nos locais onde as ruas e passeios se encontram em pior estado. -----

----- Nesta altura o sr. Vereador Carlos Pereira usou da palavra, alegando que as ervas e as silvas desse matagal existente no loteamento referido pelo munícipe em questão, já poderiam estar cortadas não fosse a câmara dispor apenas de uma roçadeira a motor que se encontra avariada, que foi necessário reparar, que precisou de material, que não estava orçamentado, tendo o vereador dito que só deu este exemplo para as pessoas interiorizarem e terem a noção das dificuldades que enfrenta o Executivo para responder com a rapidez desejável às solicitações de toda a ordem com que diariamente são confrontados. Aqui o munícipe referiu que na sua opinião, mais importante que roçar o matagal, seria a delimitação das bermas da estrada. -----

----- O sr. Presidente da Câmara sobre o Loteamento dos Sobreiros, disse que acompanhou o caso enquanto oposição e que quando chegou a Presidente de Câmara a informação que lhe foi prestada, é que esse assunto estava em processo judicial. O munícipe informou que o que está em Tribunal é o caso do Lote 10 e não as zonas verdes e os passeios por fazer e as bocas de incêndios que não foram ligadas à rede. ---

----- Relativamente às questões suscitadas pelo sr. munícipe Eduardo Costa, o sr.



Presidente da Câmara considerou que quanto à situação anómala, em que há votos contra uma ata, para o Executivo também é uma situação anómala e nova, porque não se lembra de no mandato anterior terem havido atas da câmara aprovadas com votos contra e nunca se lembra de haver atas que reflitam de uma forma tão fiel como agora o que se passa nas reuniões de câmara. Quanto à questão do IMI o sr. Presidente da Câmara respondeu que de facto o aumento relativamente ao exercício do ano anterior foi de 8,3%, e que o valor do aumento encontrado pelo munícipe poderá ter a ver com a nova avaliação dos prédios, a que a Câmara é alheia, tendo-se limitado esta a cobrar este imposto pela taxa mínima, assegurando o sr. Presidente da Câmara que a expressão escrita no Relatório não é aquela aludida pelo sr. Munícipe, tinha a ver com a gestão corrente e com a capacidade de gerar receitas. Quanto às comemorações do Centenário e sobre esta questão concreta da proposta feita pelo sr. munícipe da representação de uma peça de teatro no dia 24 de Maio, o sr. Presidente da Câmara considerou em primeiro lugar que uma reunião de câmara não é o local nem a forma correta de um munícipe vir propor a realização de um evento cultural, disse que se as pessoas estiverem de boa fé e quiserem colaborar não precisam dessa forma de publicidade, julga que foi a primeira vez que um munícipe veio aqui tratar de um assunto desses, o que o leva a acreditar que o interesse não seria apenas realizar a iniciativa e disse ter explicado logo que o tempo era curto e que o facto de ser feito em vésperas de eleições poderia inviabilizar a realização do espetáculo. Aquilo que foi proposto foi que se procurasse realizar essa iniciativa noutra data, porque o Centenário do Concelho se comemora até 2 de Abril de 2015, o que o sr. munícipe parece não ter aceitado, o que o tem levado a abordar este assunto publicamente e em vários locais com considerações muito deselegantes relativamente à Câmara Municipal, a qual tem muita dificuldade em trabalhar com pessoas que fazem considerações extremamente negativas sobre a Câmara de Alpiarça, ao ponto de nos considerar intelectualmente indigentes e utilizar certos expedientes para aproveitamento político imediato. Concluiu mantendo a ideia de se realizar uma iniciativa deste tipo, mas não nestes termos e com esta atitude. -----

----- O sr. Vereador Carlos Pereira, disse que gostava de dizer algumas palavras sobre este último assunto, alegando que gostava pouco de alimentar telenovelas. O sr.

Vereador disse que logo no fim dessa reunião de câmara, quando o munícipe se dirigiu à mesa, o vereador sugeriu que o munícipe lhe enviasse um e-mail com a proposta de representação da peça, coisa que o munícipe fez durante a noite. Depois o sr. Vereador passou a ler toda a correspondência eletrónica trocada com o sr. munícipe Eduardo Costa, em que a conclusão era de que a Câmara Municipal não via o dia 24 de Maio como a data mais adequada para representação da referida peça de teatro, visto tratar-se da véspera das eleições para o Parlamento Europeu. Porém em conclusão, a Câmara Municipal mostrou a sua total disponibilidade para encontrar com o Grupo de Teatro de Amador da Casa do Povo do Hospital Rainha Santa Isabel, uma outra data para fazer a representação da Peça, enquadrando a iniciativa nas Comemorações do Centenário do Concelho. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha disse que quanto às situações de que aqui falou e que necessitam de arranjos ou reparação, não exigiu que fossem levadas a cabo pelos serviços camarários de imediato, compreende que há prioridades e que a câmara tem poucos meios, mas insistiu que têm de ser estabelecidas prioridades e para si as prioridades são a alimentação, a segurança e a educação. -----

#### **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezanove horas e vinte minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta, por unanimidade, para efeitos de execução imediata. -----

E eu, Maria do Céu Augusto, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, servindo de Secretária, a redigi e assino. -----